



LEXML

Rede de Informação Legislativa e Jurídica

Seminário e-PING

Plataforma de Interoperabilidade para
Atendimento ao Cidadão

João Lima

Senado Federal / Prodasen
joalima@senado.gov.br

www.lexml.gov.br

9 de Julho de 2009





- **Advocacia Geral da União - AGU**
 - Banco Central do Brasil - BACEN
 - **Câmara dos Deputados – CD**
 - Conselho da Justiça Federal – CJF
 - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP
 - **Conselho Nacional de Justiça - CNJ**
 - **Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT**
 - **Controladoria-Geral da União – CGU**
 - Ministério da Justiça – MJ
 - **Ministério Público Federal/ Procuradoria Geral da República – MPF/PGR**
 - Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB
 - **Senado Federal – SF**
 - **Superior Tribunal de Justiça – STJ**
 - Superior Tribunal Militar - STM
 - **Supremo Tribunal Federal – STF**
 - **Tribunal de Contas da União – TCU**
 - **Tribunal Superior do Trabalho – TST**
 - **Tribunal Superior Eleitoral - TSE**
-
- **Imprensa Nacional**
 - **Assembléia Legislativa de Minas Gerais**
 - **Prefeitura Municipal de São Carlos (SP)**



BACEN

TST

AGU

SF

CGU

TCU

OAB

30/6/2009

Acervo da Inauguração (30/jun/09)

Instituição	Docs	Links	Conteúdo
Advocacia Geral da União	361	722	Súmulas, Atos e Pareceres
Assembléia Legislativa de Minas Gerais	72.660	142.389	Legislação Estadual
Câmara dos Deputados	164.345	328.766	Legislação Federal
Conselho Nacional de Justiça	74	150	Resoluções
Conselho Superior da Justiça do Trabalho	256	256	Acórdãos
Controladoria Geral da União	9	9	Portarias e Instr. Normativas
Imprensa Nacional	4.566	4.566	DOU e DJ
Prefeitura Municipal de São Carlos (SP)	886	886	Legislação Municipal
Procuradoria Geral da República	3.639	3.639	Pareceres
Senado Federal	205.970	391.330	Legislação Federal e Projetos
Superior Tribunal de Justiça	325	652	Instrução Normativa e Resol.
Supremo Tribunal Federal	132.881	265.134	Acórdãos, Súmulas e Sum V.
Tribunal de Contas da União	48.087	48.862	Acórdãos
Tribunal Superior do Trabalho	795.055	1.590.110	Acórdãos e Súmulas
Tribunal Superior Eleitoral	15.731	31.462	Acórdãos
Total (Agrupado)	1.284.323	2.808.934	

- AGU – 13.551 documentos em homologação
- CD – 27.173 proposições legislativas em homologação

LexML – e-PING

- Dezembro
 - Versão 4.0 da e-PING atribuiu ao LexML o nível de “Recomendado”

Temas	Especificação	ST	Observações
	A = Adotado R = Recomendado T = Em Transição E = Em Estudo F = Estudo Futuro		
Legislação, Jurisprudência e Proposições Legislativas	LexML v. 1.0 http://projeto.lexml.gov.br	R	Projeto LexML define recomendações para a identificação e estruturação de documentos legislativos e jurídicos.

Tópicos

- Introdução
- O que é o LexML?
- Qual o problema?
- Como resolver?
- Demonstração do Portal LexML

Cenário

- Era da Informação
- Internet no Brasil
 - mais de 53 milhões de cidadãos
 - nos últimos 3 meses. Fonte: CGI.br (2008)
- CF, art. 5º, XIV
 - “é assegurado a todos o acesso à informação”
- CF, art. 216, § 2º
 - “Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.”

Qual cidadão ficaria satisfeito em saber que, ao pesquisar por

“Código de Defesa do Consumidor”,

o motor de pesquisa retornou

581.000 ocorrências das quais

107.000 em domínios **gov.br**

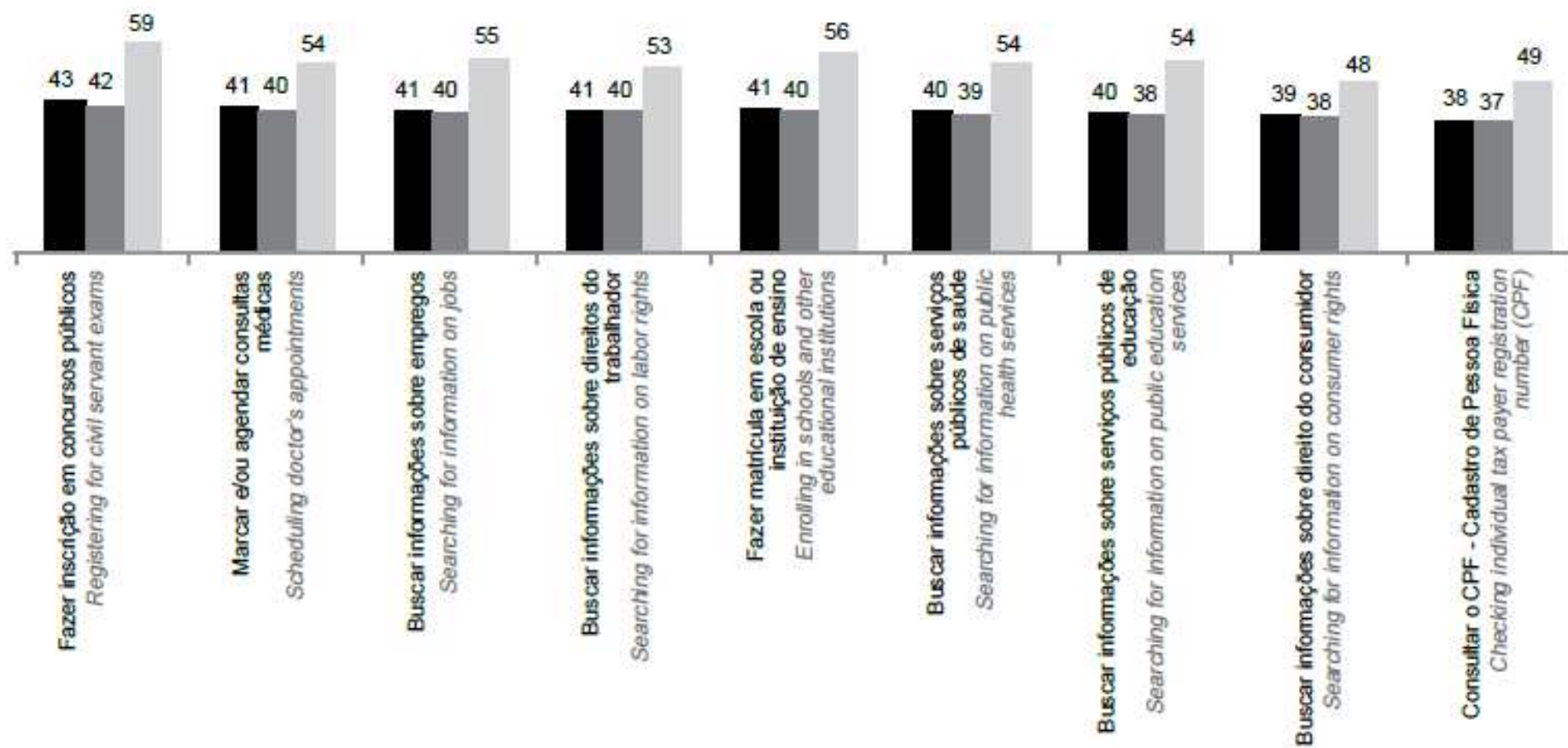


Gráfico 30 – Serviços de governo eletrônico que gostaria de utilizar (%)

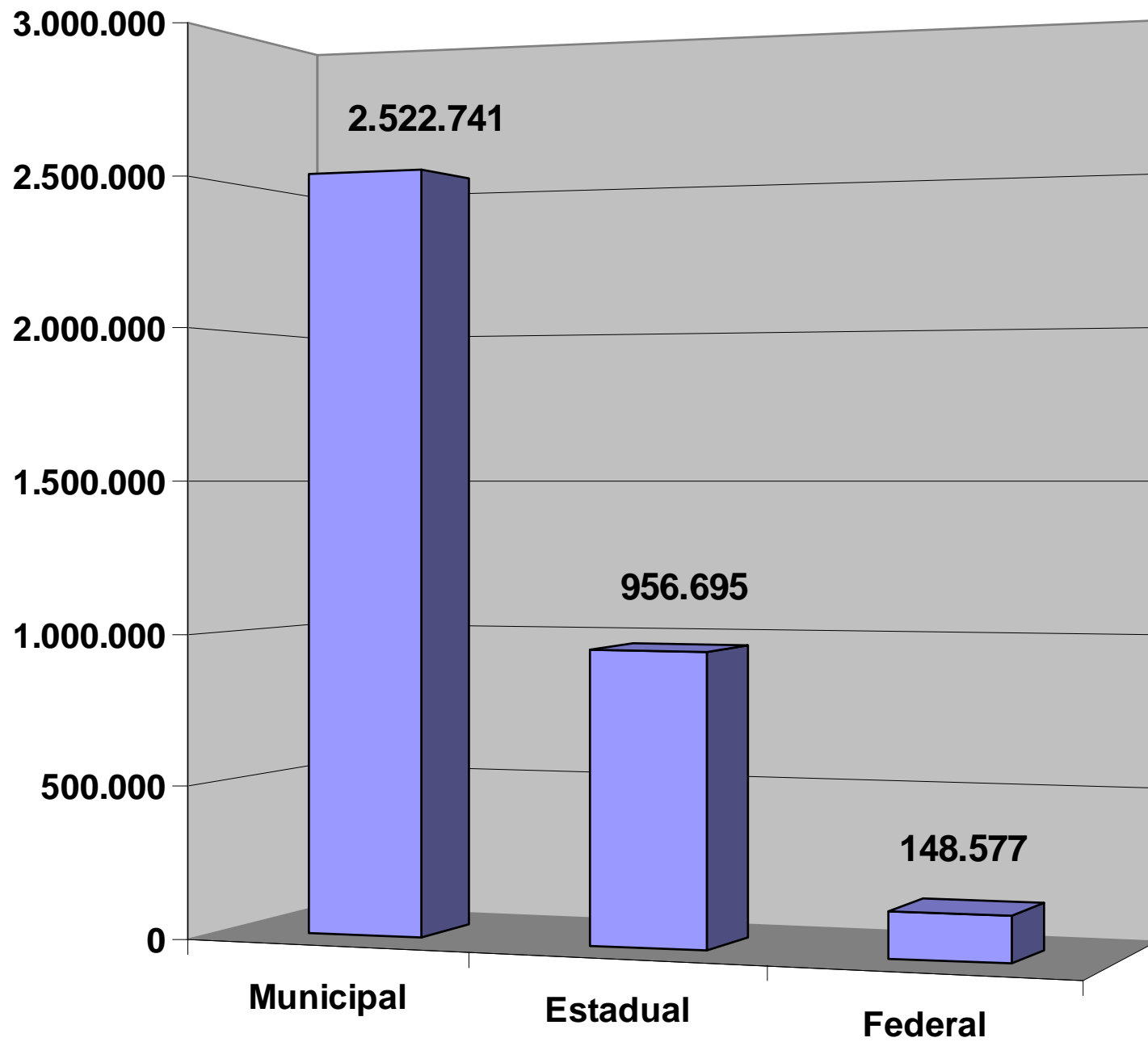
» *E-government services individuals would like to use (%)*

Percentual sobre o total de pessoas que não usaram serviços de governo eletrônico, mas utilizaram a Internet

Percentage over the total number of people who had not used electronic government services, but had already accessed the Internet



Fonte: CGI.br (2008)



(AMARAL *et al.*, 2007) Quantidade de Normas: 19 anos da CF de 1988



Navegante ou naufrago?

Outros Problemas

- Internet
 - Persistência dos Links (Erro 404)
 - Multiplicidade de portais e interfaces de pesquisa
- Hierarquia de Normas
 - Constitucionais, Legais, Infra-legal
- Ciclo de Vida
 - Projeto de Lei > Norma
 - Norma > Norma Alterada > Norma Revogada
 - Jurisprudência < > Norma
- Grande quantidade de siglas/acrônimos

AAG AAIM AAMS AARESPE AARP AAR AA ACP AC AC ADC ADI ADPF
AD AEAG AEAPA AEARESPE AEEAG AEEAR AEERMS AERESPE AERMS
AERO AERP AEXIMP AEXSUP AGMS AGPET AGU AG AG AHC AIAC
AIAG AIAI AIRMA AIRO AIRR AI AL AMC AMI AMSCOL AMS APA APET
AP ARCED ARCL ARESPE ARHC ARMS ARO ARP AR ASS AgR-AC AgR-
AI AgR-AR AgR-MS AgR-Pet AgR-REspe AgR-RO AgR-Rcl AgR-Rp A CCI
CC CD CNJ CN DCN DC DEC DJ DLG DOU DSF EAAG EAARESPE
EAAR EAERMS EAEXIMP EAG EAMC EAMS EARCED EARCL EARESPE
EARMMS EARO EARP EAR ECTA ED-AgR-AI ED-AgR-REspe ED-ED-REspe
ED-REspe ED EEAEAG EEAPET EEARESPE EEEAAG EEEARESPE
EEEERO EEERHC EEERO EERESPE EERO EEXSUP EHC EIAR EIRCED
EI **EMC EMC** EMSCOL EMS EPET ERCED ERCL ERESPE ERHC ERMS
ERO ERP ES EXSUP EXS E HC HD IF **IN IN** IUJ IVC LCP MA MC MG
MI MPV MSCOL MS OE OJT OJ PAD PDN PDS PEC PGR PLC PLN PLS
PLV PRN PRS Pet QORCED QORESPE QORO RA RCED RCPR REQ
RES REspe RGP RHC RMA RMI RMSCOL RMS ROAA ROACP ROAC
ROAD ROAG ROAO ROAPR ROAR ROCC RODC ROEXSI ROEXS ROHC
ROIF ROIJC ROIVC ROMA ROMS RORC RORM RORP RO RP RRAR
RRCPR RRP RR RXOFAA RXOFAC RXOFAG RXOFAR RXOFDC RXOFHC
RXOFMS RXOFROAA RXOFROAC RXOFROAG RXOFROAPR RXOFROAR
RXOFRODC RXOFROMS RXOFRO RXOF Rcl R SBDI-1 SBDI-2 SDC SF
SP SS STF STJ SUMV SUM TCU TP TSE TST

O que é?

- O Projeto LexML Brasil é
 - uma iniciativa conjunta de diversos órgãos da administração pública federal em busca de
 - estabelecimento de **padrões** abertos,
 - **integração** de processos de trabalho e
 - **compartilhamento de dados** de interesse comum,
 - com o objetivo de
 - **identificar** e
 - **estruturar**
 - **informações legislativas e jurídicas.**

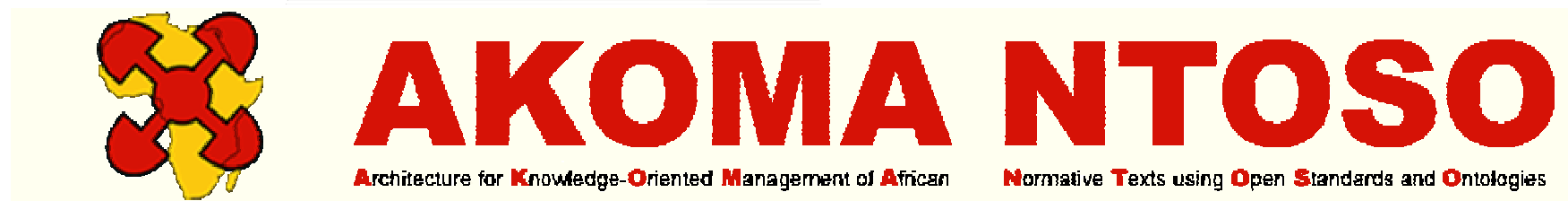
LexML – Abordagem

- O LexML é baseado em
 - experiências bem sucedidas de projetos similares do exterior,
 - padrões internacionais
 - Tecnologia
 - IETF URN – Identificador Persistente
 - W3C XML – Família de tecnologias XML
 - OAI-PMH – Protocolo de Coleta de Metadados
 - Informação
 - FRBR – Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos
 - FRAD – Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade
 - SKOS – Simple Knowledge Organization System
 - CIDOC CRM – Conceptual Reference Model

- www.nir.it



- www.akomantoso.org



- www.metalex.eu



LexML Brasil – Escopo (inicial)

- O LexML Brasil tem como **escopo** inicial as seguintes categorias de documentos:
 - **Proposições Legislativas**
 - **Normas Jurídicas**
 - **Jurisprudência**
 - Acórdãos, Súmulas e Decisões Monocráticas
- nas Esferas
 - **Federal, Estadual e Municipal**
- nos Poderes
 - **Legislativo, Judiciário e Executivo**

Escopo – Alteração

- Proposições Legislativas
- Legislação
- Jurisprudência
- Outras Manifestações
 - Pareceres (Min. Público / AGU)
 - Petição Inicial
 - Exposição de Motivos
 - Mensagem (Vetos)

Identificação Unívoca

- O LexML Brasil define **recomendação** para **identificação unívoca e persistente** utilizando URNs e considerando
 - o **documento complexo** (no tempo)
 - uma **versão / visão** específica do documento
 - um **fragmento** do documento
- referências
 - **a priori**
 - **flexíveis**

Lei 8.666/1993 - Identificadores

- <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102466>

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L8666cons.htm>

<http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=322221&seqTexto=1&PalavrasDestaque=>

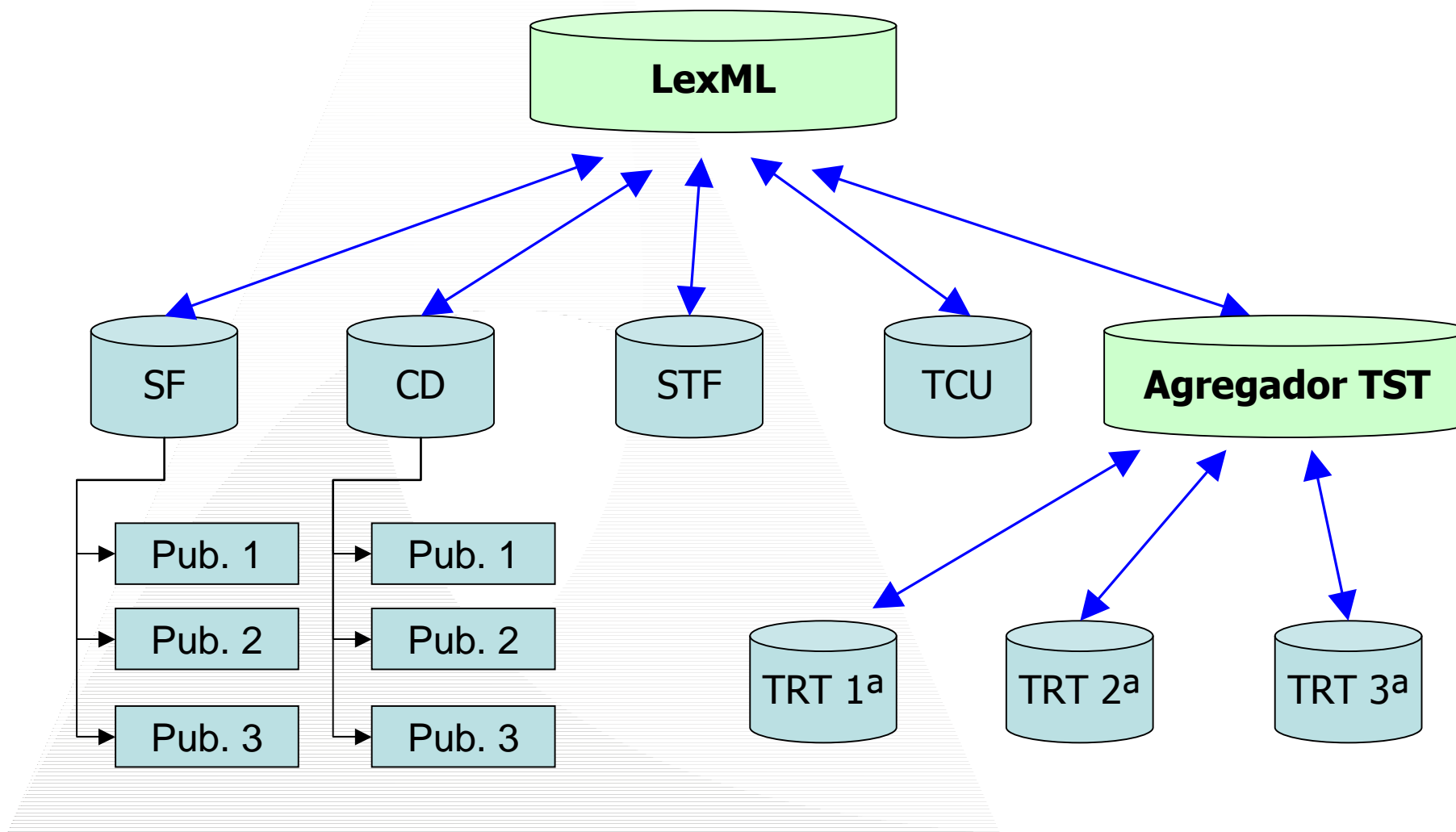
- <urn:lex:br:federal:lei:1993-06-21;8666>

Exemplos de URN

- urn : lex : br : **ministerio.fazenda;secretaria.receita.federal** : **instrucao.normativa** : 1998-10-06;117
- urn : lex : **br;sao.paulo;campinas** : **camara.municipal** : **projeto.lei** : 2004-11-23;4903
- urn : lex : br : **supremo.tribunal.federal** : **sumula.vinculante** : 2008-08-13;11
- urn : lex : **br;paraiba** : **estadual** : **lei** : 2008-05-07;8538
- urn:lex:br: **ministerio.saude;secretaria.assistencia.saude**: **portaria**: 2008-06-24;349

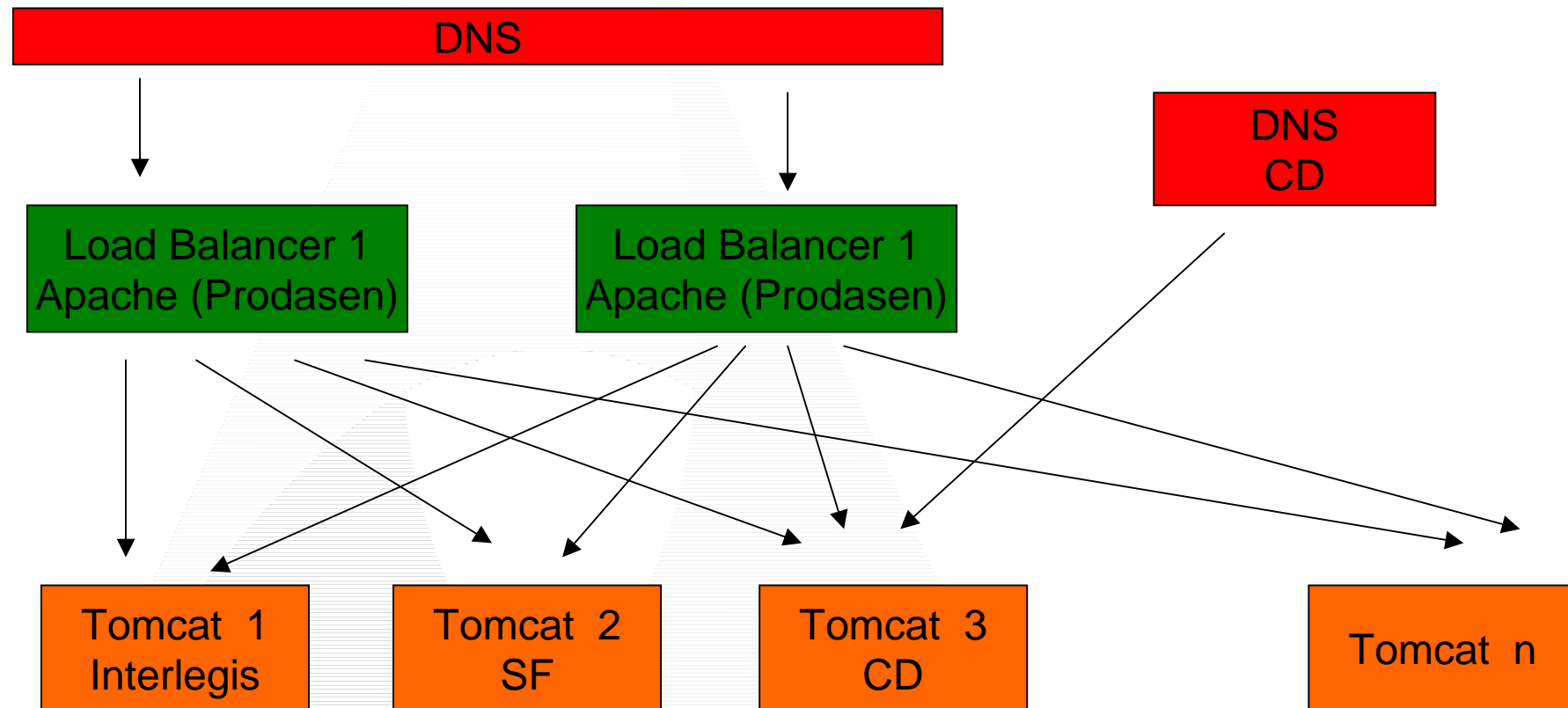
Coleta de Metadados

Protocolo OAI-PMH



Pesquisa Textual / Resolução de URNs

Escalabilidade e Disponibilidade



Publicador

- Formulário de cadastramento do Perfil contendo:
 - Localidades / Autoridades
 - Tipos de Documentos
 - Informações de Contato
- Responsável pela persistência do Recurso
- Compreender a URN para conseguir posicionar o recurso no espaço de nomes LexML.

LexML Brasil

- não é uma biblioteca digital
 - não possui conteúdo, apenas dados de identificação e links para o publicador da informação.
- não indexa o texto completo dos documentos
- uma Biblioteca Digital pode ser provedor de dados do LexML.

```
<lexml:LexML
  xsi:schemaLocation="http://www.lexml.gov.br/schema/oai_lexml.xsd"
  xmlns:lexml="http://www.lexml.gov.br/oai_lexml"
  xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance">

  <Item formato="text/html" idPublicador="1" tipo="conteudo">
http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=132554
  </Item>

  <Item formato="text/html" idPublicador="1" tipo="metadado">
http://www6.senado.gov.br/legislacao/DetalhaDocumento.action?id=132554
  </Item>

  <DocumentoIndividual>
    urn:lex:br:federal:lei:1988-12-02;7682
  </DocumentoIndividual>

  <Epigrafe>Lei nº 7.682, de 02 de dezembro de 1988</Epigrafe>
  <Ementa>ALTERA O DECRETO-LEI 2.406, DE 5 DE JANEIRO DE 1988, E
  DA OUTRAS PROVIDENCIAS.</Ementa>

  <Relacionamento tipo="publicacao.oficial">
    urn:lex:br:imprensa.nacional:publicacao.oficial;diario.oficial.uniao;secao.1:19
    88-12-05!pag1
  </Relacionamento>
</lexml:LexML>
```

Demonstração

- Pesquisa de uma norma específica
 - “Lei Maria da Penha”
- Pesquisa de um tópico
 - “mulher”
 - Localidade / Autoridade / Tipo de Documento
- Controle de Siglas
 - “EMC”
 - Emenda Constitucional
 - Embargos de Declaração em Medida Cautelar (TSE)



LEXML

Rede de Informação Legislativa e Jurídica

Tudo Legislação Jurisprudência Proposições Legislativas

[Sobre o LexML](#) | [Pesquisa Avançada](#)

>> Operando em fase experimental <<

Pesquisa: "lei maria da penha"

Resultados: 1 Item

[Visualizar Tudo](#)Ordenar por: Relevância

Página: 1

Localidade

- [Brasil](#) (1)

Autoridade

- [Federal](#) (1)

Tipo do Documento

- [Legislação](#) (1)

Data

- [2006](#) (1)

Sigla

1	Localidade	Brasil	Adicionar
	Autoridade	Federal	
	Título	Lei nº 11340 de 07 de Agosto de 2006 LEI MARIA DA PENHA	
	Data	07/08/2006	
	Ementa	Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.	
	URN	urn:lex:br:federal:lei:2006-08-07:11340	
	Assuntos	{CRIAÇÃO, INSTITUIÇÃO}, {NORMAS, INSTRUÇÕES, NORMA, PRECEITO, REGRA}, COMBATE, PREVENÇÃO, VIOLENCIA, {AGRESSÃO, OFENSA FISICA}, MULHER, DETERMINAÇÃO, {CRIAÇÃO, INSTITUIÇÃO}, {JUIZADO ESPECIAL CIVEL, JUIZADO ESPECIAL CIVIL}, JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL, ATENDIMENTO, PROCESSO, JULGAMENTO, EXECUÇÃO JUDICIAL, DEFESA, MULHER, {ALTERAÇÃO, MODIFICAÇÃO},	

Localidade Brasil

Autoridade Federal

Título Lei nº 11340, de 07 de Agosto de 2006

Apelido LEI MARIA DA PENHA

Data 07/08/2006

Ementa Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

Nome Uniforme urn:lex:br:federal:lei:2006-08-07:11340

Mais detalhes [Câmara dos Deputados](#) (text/html)

Mais detalhes [Senado Federal](#) (text/html)

Publicação Oficial

Publicação Original 2006-08-08 Diário Oficial da União. Seção 1. 08/08/2006. p. 1
[Imprensa Nacional](#) (application/pdf)

Outras Publicações

Texto Atualizado Multivigente [Presidência da República](#) (text/html)

Localidade Brasil
 Autoridade Federal
 Título Lei nº 11340, de 07 de Agos
 Apelido LEI MARIA DA PENHA
 Data 07/08/2006

Ementa Cria mecanismos para coibir
 art. 226 da Constituição Fed
 Discriminação contra as Mul
 Violência contra a Mulher; di
 contra a Mulher; altera o Cóc
 outras providências.

Nome Uniforme urn:lex:br:federal:lei:2006-08
 Mais detalhes [Câmara dos Deputados](#) (text/html)
 Mais detalhes [Senado Federal](#) (text/html)

Publicação Oficial

Publicação Original 2006-08-08 Diário Oficial
[Imprensa Na](#)

Outras Publicações

Texto Atualizado Multivigente [Presidência](#)
 Alteração 2008-05-14 [Câmara dos](#)
 Publicação Original 2006-08-08 [Câmara dos Deputados](#) (text/html)
 Publicação Original 2006-08-08 [Senado Federal](#) (text/html)

Imprensa Nacional - Visualização dos Jornais Oficiais - Windows Internet E...
 http://www.in.gov.br Google
 Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda del.icio.us TAG
 Imprensa Nacional - Visuali... Página
 1 / 1 34,2%
 Assinar Localizar

2006-08-08

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
 República Federativa do Brasil Imprensa Nacional
 Ano XLVIII Nº 151
 Brasília - DF, sexta-feira, 8 de agosto de 2006

Sumário	TÍTULO I	DISPOSIÇÕES GERAIS
Ata do 1.º Dia Legislativo	Art. 1.º	Art. 1.º
Ata do 2.º Dia Legislativo	Art. 2.º	Art. 2.º
Ata do 3.º Dia Legislativo	Art. 3.º	Art. 3.º
Ata do 4.º Dia Legislativo	Art. 4.º	Art. 4.º
Ata do 5.º Dia Legislativo	Art. 5.º	Art. 5.º
Ata do 6.º Dia Legislativo	Art. 6.º	Art. 6.º
Ata do 7.º Dia Legislativo	Art. 7.º	Art. 7.º
Ata do 8.º Dia Legislativo	Art. 8.º	Art. 8.º
Ata do 9.º Dia Legislativo	Art. 9.º	Art. 9.º
Ata do 10.º Dia Legislativo	Art. 10.º	Art. 10.º
Ata do 11.º Dia Legislativo	Art. 11.º	Art. 11.º
Ata do 12.º Dia Legislativo	Art. 12.º	Art. 12.º
Ata do 13.º Dia Legislativo	Art. 13.º	Art. 13.º
Ata do 14.º Dia Legislativo	Art. 14.º	Art. 14.º
Ata do 15.º Dia Legislativo	Art. 15.º	Art. 15.º
Ata do 16.º Dia Legislativo	Art. 16.º	Art. 16.º
Ata do 17.º Dia Legislativo	Art. 17.º	Art. 17.º
Ata do 18.º Dia Legislativo	Art. 18.º	Art. 18.º
Ata do 19.º Dia Legislativo	Art. 19.º	Art. 19.º
Ata do 20.º Dia Legislativo	Art. 20.º	Art. 20.º
Ata do 21.º Dia Legislativo	Art. 21.º	Art. 21.º
Ata do 22.º Dia Legislativo	Art. 22.º	Art. 22.º
Ata do 23.º Dia Legislativo	Art. 23.º	Art. 23.º
Ata do 24.º Dia Legislativo	Art. 24.º	Art. 24.º
Ata do 25.º Dia Legislativo	Art. 25.º	Art. 25.º
Ata do 26.º Dia Legislativo	Art. 26.º	Art. 26.º
Ata do 27.º Dia Legislativo	Art. 27.º	Art. 27.º
Ata do 28.º Dia Legislativo	Art. 28.º	Art. 28.º
Ata do 29.º Dia Legislativo	Art. 29.º	Art. 29.º
Ata do 30.º Dia Legislativo	Art. 30.º	Art. 30.º
Ata do 31.º Dia Legislativo	Art. 31.º	Art. 31.º
Ata do 32.º Dia Legislativo	Art. 32.º	Art. 32.º
Ata do 33.º Dia Legislativo	Art. 33.º	Art. 33.º
Ata do 34.º Dia Legislativo	Art. 34.º	Art. 34.º
Ata do 35.º Dia Legislativo	Art. 35.º	Art. 35.º
Ata do 36.º Dia Legislativo	Art. 36.º	Art. 36.º
Ata do 37.º Dia Legislativo	Art. 37.º	Art. 37.º
Ata do 38.º Dia Legislativo	Art. 38.º	Art. 38.º
Ata do 39.º Dia Legislativo	Art. 39.º	Art. 39.º
Ata do 40.º Dia Legislativo	Art. 40.º	Art. 40.º
Ata do 41.º Dia Legislativo	Art. 41.º	Art. 41.º
Ata do 42.º Dia Legislativo	Art. 42.º	Art. 42.º
Ata do 43.º Dia Legislativo	Art. 43.º	Art. 43.º
Ata do 44.º Dia Legislativo	Art. 44.º	Art. 44.º
Ata do 45.º Dia Legislativo	Art. 45.º	Art. 45.º
Ata do 46.º Dia Legislativo	Art. 46.º	Art. 46.º
Ata do 47.º Dia Legislativo	Art. 47.º	Art. 47.º
Ata do 48.º Dia Legislativo	Art. 48.º	Art. 48.º
Ata do 49.º Dia Legislativo	Art. 49.º	Art. 49.º
Ata do 50.º Dia Legislativo	Art. 50.º	Art. 50.º

Anterior Ir para Próxima Internet 100%

Localidade Brasil
Autoridade Federal
Título Lei nº 11340, de 07 de Agosto de 2006
Apelido LEI MARIA DA PENHA
Data 07/08/2006
Ementa Cria mecanismos para coibir a

Nome Uniforme urn:lex:br:federal:lei:2006-08-07
Mais detalhes [Câmara dos Deputados](#) (text/h
Mais detalhes [Senado Federal](#) (text/html)

Publicação Oficial

Publicação Original 2006-08-08 [Diário Oficial da Imprensa Nacio](#)

Outras Publicações


Texto Atualizado Multivigente [Presidência da](#)
Alteração 2008-05-14 [Câmara dos De](#)
Publicação Original 2006-08-08 [Câmara dos De](#)
Publicação Original 2006-08-08 [Senado Federal](#)

Lei nº 11.340 - Windows Internet Explorer

https://www Er... Google

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda del.icio.us TAG

Lei nº 11.340

 **Presidência da República**
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de

Internet 100%

Localidade Brasil
Autoridade Federal
Título Lei nº 11340, de 07 de Agosto de 2006

Apelido LEI MARIA DA PENHA

Data 07/08/2006

Ementa Cria mecanismos para coibir a violência art. 226 da Constituição Federal, da C Discriminação contra as Mulheres e c Violência contra a Mulher; dispõe sob contra a Mulher; altera o Código de P outras providências.

Nome Uniforme urn:lex:br:federal:lei:2006-08-07:11340

Mais detalhes [Câmara dos Deputados](#) (text/html)

Mais detalhes [Senado Federal](#) (text/html)

Publicação Oficial

Publicação Original 2006-08-08 Diário Oficial da União
[Imprensa Nacional](#) (ap

Outras Publicações

Texto Atualizado Multivigente [Presidência da Repúb](#)
Alteração 2008-05-14 [Câmara dos Deputado](#)
Publicação Original 2006-08-08 [Câmara dos Deputado](#)
Publicação Original 2006-08-08 [Senado Federal](#) (text/


Localização do texto integral - Windows Internet Explorer

http://www6.senado.gov.br/legis/leis/leis11340.htm

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda del.icio.us TAG

Localização do texto integral

"textos oficiais". São reproduções digitais de textos originais, publicados em Diário Oficial da União, para fins de consolidação, úteis apenas para pesquisa.



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas

Concluído Intranet local 100%



LEXML

Rede de Informação Legislativa e Jurídica

Tudo Legislação Jurisprudência Proposições Legislativas

[Sobre o LexML](#) | [Pesquisa Avançada](#)

>> Operando em fase experimental <<

Pesquisa: **mulher**

Resultados: 410 Itens

[Visualizar Tudo](#)Ordenar por: Relevância Página: 1 [2](#) [3](#) [4](#) [5](#) ... [Próximo](#)**Localidade**

- [Brasil](#) (403)
- [Estados](#) (4)
- [Municípios](#) (3)

Autoridade

- [Federal](#) (403)
- [Estadual](#) (4)
- [Municipal](#) (3)

Tipo do Documento

- [Legislação](#) (303)
- [Proposições Legislativas](#) (59)
- [Jurisprudência](#) (48)

Data

- [2009](#) (6)
- [2008](#) (27)
- [2007](#) (23)

1 Localidade [Adicionar](#)**Autoridade** Federal**Título** [Lei nº 11340, de 07 de Agosto de 2006](#)

LEI MARIA DA PENHA.

Data 07/08/2006**Ementa** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a **mulher**, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as **Mulheres** e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a **Mulher**; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a **Mulher**; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.**URN** um:lex:br:federal:lei:2006-08-07:11340**Assuntos** {CRIAÇÃO, INSTITUIÇÃO}, {NORMAS, INSTRUÇÕES, NORMA, PRECEITO, REGRA}, COMBATE, PREVENÇÃO, VIOLENCIA, {AGRESSÃO, OFENSA FISICA}, **MULHER**, DETERMINAÇÃO, {CRIAÇÃO, INSTITUIÇÃO}, {JUIZADO ESPECIAL CIVEL, JUIZADO ESPECIAL CIVIL}, JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL, ATENDIMENTO, PROCESSO, JULGAMENTO, EXECUÇÃO

Pesquisa: **mulher**
Estados em localidade

Resultados: 4 Itens

[Visualizar Tudo](#)

Ordenar por: Relevância

Página: 1

Localidade

- [Estados](#) (4)
 - [Minas Gerais](#)(4)

Autoridade

- [Estadual](#) (4)

Tipo do Documento

- [Legislação](#) (4)

Data

- [2004](#) (1)
- [1990s](#) (2)
- [1960s](#) (1)

Sigla

- [MG](#) (4)

1 **Localidade** Minas Gerais [Adicionar](#)
Autoridade Estadual
Título [Lei nº 15218, de 7 de julho de 2004](#)
Data 07/07/2004
Ementa CRIA A NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DE VIOLÊNCIA CONTRA A **MULHER** E A COMISSÃO DE MONITORAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A **MULHER**.
URN urn:lex.br;minas.gerais:estadual:lei:2004-07-07;15218

2 **Localidade** Minas Gerais [Adicionar](#)
Autoridade Estadual
Título [Lei nº 3224, de 20 de novembro de 1964](#)
Data 20/11/1964
Ementa AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ERIGIR MONUMENTO À **MULHER** MINEIRA.
URN urn:lex.br;minas.gerais:estadual:lei:1964-11-20;3224

Pesquisa: **mulher**
Federal em autoridade

Resultados: 403 Itens

[Visualizar Tudo](#)Ordenar por: Relevância Página: 1 2 3 4 5 ... [Próximo](#)**Localidade**• [Brasil](#) (403)**Autoridade** [Federal](#) (403) [Legislativo](#)(110) [Judiciário](#) (1)**Tipo do Documento** [Legislação](#) (296) [Proposições Legislativas](#) (59) [Jurisprudência](#) (48)**Data** [2009](#) (6) [2008](#) (25) [2007](#) (23) [2006](#) (17)**1 Localidade** Brasil [Adicionar](#)**Autoridade** Federal**Título** [Lei nº 11340, de 07 de Agosto de 2006](#)

LEI MARIA DA PENHA

Data 07/08/2006**Ementa** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a **mulher**, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as **Mulheres** e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a **Mulher**; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a **Mulher**; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.**URN** urn:lex:br:federal:lei:2006-08-07:11340**Assuntos** {CRIAÇÃO, INSTITUIÇÃO}, {NORMAS, INSTRUÇÕES, NORMA, PRECEITO, REGRA}, COMBATE, PREVENÇÃO, VIOLENCIA, {AGRESSÃO, OFENSA FISICA}, **MULHER**. DETERMINAÇÃO, {CRIAÇÃO, INSTITUIÇÃO}, {JUIZADO ESPECIAL CIVEL, JUIZADO ESPECIAL CIVIL}, JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL,

Pesquisa: **mulher**
Federal::Legislativo em autoridade

Resultados: 110 Itens

[Visualizar Tudo](#)

Ordenar por: Relevância

Página: 1 2 3 4 5 ... [Próximo](#)

Localidade

- [Brasil](#) (110)

Autoridade

- [Federal](#)
 - [Legislativo](#) (110)
 - [Senado Federal](#) (61)
 - [Tribunal de Contas da União](#) (47)
 - [Câmara dos Deputados](#) (2)

Tipo do Documento

- [Proposições Legislativas](#) (59)
- [Jurisprudência](#) (47)
- [Legislação](#) (4)

Data

- [2009](#) (4)
- [2008](#) (18)

1 **Localidade** Brasil [A](#)
Autoridade Senado Federal
Título [Resolução do Senado Federal nº 2. de 16 de março de 2001](#)
Data 16/03/2001
Ementa INSTITUI O DIPLOMA **MULHER**-CIDADÃ BERTHA LUTZ E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
URN um:lex.br:senado.federal:resolucao:2001-03-16;2
Assuntos {CRIAÇÃO, INSTITUIÇÃO}, PREMIO, DIPLOMA, CONTRIBUIÇÃO, DEFESA, DIREITOS, **MULHER**.

2 **Localidade** Brasil [A](#)
Autoridade Senado Federal
Título [PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 00060. de 2001](#)
Data 23/08/2001
Ementa Institui a CARTEIRA NACIONAL DE SAÚDE DA **MULHER**.
URN um:lex.br:senado.federal:projeto.lei:plc:2001-08-23;60

Pesquisa: **mulher** [X]
Federal::Legislativo::Senado Federal em autoridade [X]

Resultados: 61 Itens

[Visualizar Tudo](#)

Ordenar por:

Página: 1 [2](#) [3](#) [4](#) [Próximo](#)

Localidade

- [Brasil](#) (61)

Autoridade

- [Federal](#)
 - [Legislativo](#) (61)
 - [Senado Federal](#) [X]

Tipo do Documento

- [Proposições Legislativas](#) (59)
- [Legislação](#) (2)

Data

- [2009](#) (4)
- [2008](#) (4)
- [2007](#) (6)
- [2006](#) (4)

1 **Localidade** Brasil [Adicionar](#)
Autoridade Senado Federal
Título [Resolução do Senado Federal nº 2, de 16 de março de 2001](#)
Data 16/03/2001
Ementa INSTITUI O DIPLOMA **MULHER**-CIDADÃ BERTHA LUTZ E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
URN urn:lex:br:senado.federal:resolucao:2001-03-16;2
Assuntos {CRIAÇÃO, INSTITUIÇÃO}, PREMIO, DIPLOMA, CONTRIBUIÇÃO, DEFESA, DIREITOS, **MULHER**.

2 **Localidade** Brasil [Adicionar](#)
Autoridade Senado Federal
Título [PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 00060, de 2001](#)
Data 23/08/2001
Ementa Institui a CARTEIRA NACIONAL DE SAÚDE DA **MULHER**.
URN urn:lex:br:senado.federal:projeto.lei;plc:2001-08-23;60

Pesquisa: **mulher**

Resultados: 410 Itens

[Visualizar Tudo](#)Ordenar por: Relevância Página: 1 2 3 4 5 ... [Próximo](#)**Localidade**

- [Brasil](#) (403)
- [Estados](#) (4)
- [Municípios](#) (3)

Autoridade

- [Federal](#) (403)
- [Estadual](#) (4)
- [Municipal](#) (3)

Tipo do Documento

- [Legislação](#) (303)
- [Proposições Legislativas](#) (59)
- [Jurisprudência](#) (48)

Data

- [2009](#) (6)
- [2008](#) (27)
- [2007](#) (23)

1 Localidade [Adicionar](#)**Autoridade** Federal**Título** [Lei nº 11340, de 07 de Agosto de 2006](#)

LEI MARIA DA PENHA.

Data 07/08/2006**Ementa** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a **mulher**, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as **Mulheres** e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a **Mulher**; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a **Mulher**; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.**URN** um:lex:br:federal:lei:2006-08-07:11340**Assuntos** {CRIAÇÃO, INSTITUIÇÃO}, {NORMAS, INSTRUÇÕES, NORMA, PRECEITO, REGRA}, COMBATE, PREVENÇÃO, VIOLENCIA, {AGRESSÃO, OFENSA FISICA}, **MULHER**, DETERMINAÇÃO, {CRIAÇÃO, INSTITUIÇÃO}, {JUIZADO ESPECIAL CIVEL, JUIZADO ESPECIAL CIVIL}, JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL, ATENDIMENTO, PROCESSO, JULGAMENTO, EXECUÇÃO

Pesquisa: **mulher**
Legislação em tipoDocumento

Resultados: 303 Itens

[Visualizar Tudo](#)

Ordenar por: Relevância

Página: 1 2 3 4 5 ... [Próximo](#)

Localidade

- [Brasil](#) (296)
- [Estados](#) (4)
- [Municípios](#) (3)

Autoridade

- [Federal](#) (296)
- [Estadual](#) (4)
- [Municipal](#) (3)

Tipo do Documento

- [Legislação](#) (303)
 - [Decreto](#) (184)
 - [Decreto Legislativo](#) (64)
 - [Lei](#) (43)
 - [Decreto-Lei](#) (7)
 - [Resolução](#) (4)
 - [Medida Provisória](#) (1)

1	Localidade	Brasil	Adicionar
	Autoridade	Federal	
	Título	Lei nº 11340, de 07 de Agosto de 2006 LEI MARIA DA PENHA	
	Data	07/08/2006	
	Ementa	Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher , nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher ; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.	
	URN	urn:lex:br:federal:lei:2006-08-07:11340	
	Assuntos	{CRIAÇÃO, INSTITUIÇÃO}, {NORMAS, INSTRUÇÕES, NORMA, PRECEITO, REGRA}, COMBATE, PREVENÇÃO, VIOLENCIA, {AGRESSÃO, OFENSA FISICA}, MULHER , DETERMINAÇÃO, {CRIAÇÃO, INSTITUIÇÃO}, {JUIZADO ESPECIAL CIVEL, JUIZADO ESPECIAL CIVIL}, JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.	

Pesquisa: **mulher**
Proposições Legislativas em tipoDocumento

Resultados: 59 Itens

[Visualizar Tudo](#)

Ordenar por: Relevância

Página: 1 2 3 [Próximo](#)

Localidade

• [Brasil](#) (59)

Autoridade

[Federal](#) (59)

Tipo do Documento

[Proposições Legislativas](#) (59)

[Projeto de Lei](#) (42)

[Projeto de Decreto Legislativo](#) (8)

[Projeto de Resolução](#) (5)

[Proposta de Emenda Constitucional](#) (3)

[Projeto de Lei Complementar](#) (1)

Data

[2009](#) (4)

[2008](#) (4)

[2007](#) (6)

1 **Localidade** Brasil
Autoridade Senado Federal
Título [PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 00060. de 2001](#)
Data 23/08/2001
Ementa Institui a CARTEIRA NACIONAL DE SAÚDE DA **MULHER**.
URN urn:lex:br:senado.federal:projeto.lei:plc:2001-08-23;60

2 **Localidade** Brasil
Autoridade Senado Federal
Título [PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 00034. de 2004](#)
Data 31/05/2004
Ementa Cria o Relatório Anual Socioeconômico da **Mulher**.
URN urn:lex:br:senado.federal:projeto.lei:plc:2004-05-31;34

3 **Localidade** Brasil

Pesquisa: **mulher** [X]
Jurisprudência em tipoDocumento [X]

Resultados: 48 Itens

[Visualizar Tudo](#)

Ordenar por: Relevância [v]

Página: 1 [2](#) [3](#) [Próximo](#)

Localidade

- [Brasil](#) (48)

Autoridade

- [Federal](#) (48)

Tipo do Documento

- [Jurisprudência](#) (48)
 - [Acórdão](#)(47)
 - [Súmula](#) (1)

Data

- [2009](#) (1)
- [2008](#) (14)
- [2007](#) (14)
- [2006](#) (12)
- [2002](#) (1)
- [2001](#) (1)

1 **Localidade** Brasil [Adicionar](#)
Autoridade Tribunal de Contas da União. 2ª Câmara
Título [Acórdão TCU 539/1997](#)
Data 19/08/1997
Ementa Tomada de Contas Especial. Convênio. LBA. Associação de **Mulheres** do Bairro Proletário Nova Cidade RJ. Omissão na prestação de Contas. Responsável revel. Contas irregulares. Débito.
URN urn:lex:br:tribunal.contas.uniao;camara.2:acordao:1997-08-19:539

2 **Localidade** Brasil [Adicionar](#)
Autoridade Tribunal de Contas da União. 2ª Câmara
Título [Acórdão TCU 558/1997](#)
Data 28/08/1997
Ementa Tomada de Contas Especial. Convênio. LBA. Associação de **Mulheres** do Beco de Adelar de Porto Alegre RS. Omissão na prestação de contas. Responsável revel. Contas irregulares. Débito.
URN urn:lex:br:tribunal.contas.uniao;camara.2:acordao:1997-08-28:558



LEXML

Rede de Informação Legislativa e Jurídica

Tudo Legislação Jurisprudência Proposições Legislativas

[Sobre o LexML](#) | [Pesquisa Avançada](#)

>> Operando em fase experimental <<

Tipo do Documento

- [Legislação](#) (143)
- [Jurisprudência](#) (2)

Data

- [2008](#) (1)
- [2007](#) (3)
- [2006](#) (5)
- [2005](#) (3)
- [2004](#) (3)
- [2003](#) (4)
- [2002](#) (5)
- [2001](#) (4)
- [2000](#) (7)
- [1990s](#) (35)
- [1980s](#) (27)
- [1970s](#) (24)
- [1960s](#) (20)
- [1950s](#) (2)
- [1920s](#) (2)

Sigla

- [EMC](#) (2)
 - [TSE](#) (2)
 - [EMC](#) (143)
 - [MC](#) (2)
- EMC - Emenda Constitucional

conforme o art. 13 do CPC. O próprio conteúdo da decisão afasta a ocorrência de omissão. Embargos rejeitados.

URN urn:lex:br:tribunal.superior.eleitoral;plenario:acordao;emc:2003-08-28;mc-1273

2 Localidade Brasil [Adicionar](#)

Autoridade Tribunal Superior Eleitoral. Plenário

Título [Acórdão EMC de 06/08/2002 \(Processo MC nº 1066\)](#)

Data 06/08/2002

Ementa Medida cautelar. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental. Impossibilidade jurídica da pretensão em determinar-se a realização de entrevista por emissora de televisão. Ressalva. As entrevistas genéricas sobre projetos ou planos de governo ficam submetidas aos critérios objetivos do art. 46 da Lei nº 9.504/97. Agravo regimental desprovido.

URN urn:lex:br:tribunal.superior.eleitoral;plenario:acordao;emc:2002-08-06;mc-1066

3 Localidade Brasil [Adicionar](#)

Autoridade Federal

Título [Emenda Constitucional nº 1, de 31 de março de 1992](#)

Data 31/03/1992

Ementa DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E DOS VEREADORES.

URN urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:1992-03-31;1

Assuntos {ALTERAÇÃO, MODIFICAÇÃO}, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REMUNERAÇÃO, SUBSIDIOS, DEPUTADO ESTADUAL, {VEREADOR, EDIL},

4 Localidade Brasil [Adicionar](#)

Tipo do Documento

- [Legislação](#) (143)
- [Jurisprudência](#) (2)

Data

- [2008](#) (1)
- [2007](#) (3)
- [2006](#) (5)
- [2005](#) (3)
- [2004](#) (3)
- [2003](#) (4)
- [2002](#) (5)
- [2001](#) (4)
- [2000](#) (7)
- [1990s](#) (35)
- [1980s](#) (27)
- [1970s](#) (24)
- [1960s](#) (20)
- [1950s](#) (2)
- [1920s](#) (2)

Sigla

- [EMC](#) (2)
- [TSF](#) (2)
- [EMC](#) (143)
- [MG](#) (36)

EMC – Embargos de Declaração em Medida Cautelar

conforme o art. 13 do CPC. O próprio conteúdo da decisão afasta a ocorrência de omissão. Embargos rejeitados.

URN urn:lex:br:tribunal.superior.eleitoral;plenario:acordao;emc:2003-08-28;mc-1273

2 Localidade Brasil [Adicionar](#)

Autoridade Tribunal Superior Eleitoral. Plenário

Título [Acórdão EMC de 06/08/2002 \(Processo MC nº 1066\)](#)

Data 06/08/2002

Ementa Medida cautelar. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental. Impossibilidade jurídica da pretensão em determinar-se a realização de entrevista por emissora de televisão. Ressalva. As entrevistas genéricas sobre projetos ou planos de governo ficam submetidas aos critérios objetivos do art. 46 da Lei nº 9.504/97. Agravo regimental desprovido.

URN urn:lex:br:tribunal.superior.eleitoral;plenario:acordao;emc:2002-08-06;mc-1066

3 Localidade Brasil [Adicionar](#)

Autoridade Federal

Título [Emenda Constitucional nº 1, de 31 de março de 1992](#)

Data 31/03/1992

Ementa DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E DOS VEREADORES.

URN urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:1992-03-31;1

Assuntos {ALTERAÇÃO, MODIFICAÇÃO}, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REMUNERAÇÃO, SUBSÍDIOS, DEPUTADO ESTADUAL, {VEREADOR, EDIL},

4 Localidade Brasil [Adicionar](#)



Navegação entre recursos de
um mesmo processo

Autoridade Tribunal Superior Eleitoral. Plenário

Título Acórdão MC de 12/06/2003 (Processo MC nº 1273)

Data 12/06/2003

Ementa Medida cautelar. Liminar. Efeito suspensivo a agravo de instrumento. Viabilidade. Precedentes.

Nulidade de mais de 50% dos votos em pleito municipal por infração ao art. 73 da Lei nº 9.504/97. Incidência do art. 224 do Código Eleitoral. Diplomação indevida dos segundos colocados. Ilegitimidade para o exercício dos cargos. Usurpação configurada.

Legitimidade do presidente da Câmara de Vereadores reconhecida.

Liminar concedida para sustar os efeitos da diplomação.

Nome Uniforme urn:lex:br:tribunal.superior.eleitoral;plenario:acordao;mc:2003-06-12;mc-1273

Mais detalhes [Tribunal Superior Eleitoral](#) (text/html)

Publicação Oficial

Publicação Original 2003-08-01 Diário da Justiça. Seção Única. 01/08/2003. p. 285

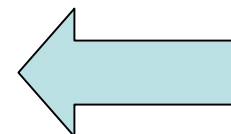
Outras Publicações

Publicação Original 2003-06-12 [Tribunal Superior Eleitoral](#) (image/tiff)

Do mesmo Processo

Acórdão 2003-06-12 Acórdão MC de 12/06/2003 (Processo MC nº 1273)

Acórdão 2003-08-28 [Acórdão EMC de 28/08/2003 \(Processo MC nº 1273\)](#)



Autoridade Tribunal Superior Eleitoral. Plenário

Título Acórdão EMC de 28/08/2003 (Processo MC nº 1273)

Data 28/08/2003

Ementa Embargos de declaração com efeito modificativo de liminar em medida cautelar proposta perante o TSE.

Nos processos originários perante a Corte Superior, poderão ser sanadas a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, conforme o art. 13 do CPC.

O próprio conteúdo da decisão afasta a ocorrência de omissão.

Embargos rejeitados.

Nome Uniforme urn:lex:br:tribunal.superior.eleitoral;plenario:acordao;emc:2003-08-28;mc-1273

Mais detalhes [Tribunal Superior Eleitoral](#) (text/html)

Publicação Oficial

Publicação Original 2003-10-17 Diário da Justiça. Seção 1. 17/10/2003. p. 133

Outras Publicações

Publicação Original 2003-08-28 [Tribunal Superior Eleitoral](#) (image/tiff)

Do mesmo Processo

Acórdão 2003-06-12 [Acórdão MC de 12/06/2003 \(Processo MC nº 1273\)](#)

Acórdão 2003-08-28 [Acórdão EMC de 28/08/2003 \(Processo MC nº 1273\)](#)



Autoridade Múltipla

Pesquisa: **Legislação::Portaria Interministerial** em tipoDocumento [X]

Resultados: 2 Itens

[Visualizar Tudo](#)

Ordenar por: Relevância

Página: 1

Localidade

- [Brasil](#) (2)

Autoridade

- [Federal](#) (2)

Tipo do Documento

- [Legislação](#) (2)
 - [Portaria Interministerial](#) [X]

Data

- [2007](#) (1)
- [2006](#) (1)

Sigla

- [CGU](#) (2)
- [MPOG](#) (2)
- [PRT](#) (2)

1 Localidade Brasil
Autoridade Controladoria-Geral da União; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Título [PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/CGU Nº 140. DE 16 DE MARÇO DE 2006.](#)
Data 16/03/2006
Ementa Disciplina a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Federal, por meio da rede mundial de computadores – internet, e dá outras providências.
URN um:lex.br:controladoria.geral.uniao,ministerio.planejamento.orcamento.gestao:portaria:03-16:140

2 Localidade Brasil
Autoridade Controladoria-Geral da União; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Título [PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/CGU Nº 298. DE 6 DE SETEMBRO DE 2007](#)
Data 06/09/2007
Ementa Regulamenta a entrega da declaração de bens e valores por todos os agentes públicos do Poder Executivo Federal, como forma de atender aos requisitos constantes no art. 13 da Lei nº 8.112, de junho de 1992, e no art. 1º da Lei nº 8.730, 10 de novembro de 1993.
URN um:lex.br:controladoria.geral.uniao,ministerio.planejamento.orcamento.gestao:portaria:09-06:298

Outras Funcionalidades

- Ordenação
- Correção do Termo Digitado
- Cesta de Itens
- Pesquisa com suporte de léxico pt-br
 - Substantivos e Adjetivos
 - Flexão de gênero, número e grau
 - NILC (Núcleo Interinstitucional de Lingüística Computacional - São Carlos (SP))

Pesquisa: meio and ambiente [X]

Resultados: 1166 Itens

[Visualizar Tudo](#)Ordenar por: Relevância Página: 1 2 3 4 5 ... [Próximo](#)**Localidade**• [Brasil](#)⊕ [Estados](#) (26)**Autoridade**⊕ [Federal](#) (1140)• [Estadual](#) (26)**Tipo do Documento**⊕ [Legislação](#) (815)⊕ [Jurisprudência](#) (203)⊕ [Proposições Legislativas](#) (147)⊕ [Outras Manifestações](#) (1)**Data**⊕ [2009](#) (10)⊕ [2008](#) (51)⊕ [2007](#) (37)⊕ [2006](#) (26)

- Relevância
- Título
- Data ascendente
- Data descendente

1	Localidade	Brasil	Adicionar
	Autoridade	Federal	
	Título	Decreto nº 5.111, de 21 de Junho de 2004	
	Data	21/06/2004	
	Ementa	Transforma cargos vagos do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente , e redistribui cargos para o Ministério do Meio Ambiente .	
	URN	urn:lex:br:federal:decreto:2004-06-21;5111	
	Assuntos	TRANSFORMAÇÃO, {CARGO PUBLICO, CARGO FEDERAL, CARGO PUBLICO ESTADUAL, CARGO PUBLICO FEDERAL}, ANALISTA, CARREIRA, ESPECIALISTA, MEIO AMBIENTE , QUADRO DE PESSOAL, {(IBAMA), INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS, INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS}. REDISTRIBUIÇÃO, {CARGO PUBLICO, CARGO FEDERAL, CARGO PUBLICO ESTADUAL, CARGO PUBLICO FEDERAL}, CARGO DE CARREIRA, ANALISTA, MEIO AMBIENTE , AMBITO, {(IBAMA), INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS	



LEXML

Rede de Informação Legislativa e Jurídica

Tudo Legislação Jurisprudência Proposições Legislativas

[Sobre o LexML](#) | [Pesquisa Avançada](#)

>> Operando em fase experimental <<

Pesquisa: **contribunite**

Você quis dizer: **contribuinte**?

Resultados: 0 Itens

[Visualizar Tudo](#)

Desculpe, nenhum resultado encontrado...

Tente modificar sua pesquisa:

Exemplos:

Pesquisa a palavra "código"

Pesquisa as palavras "código" e "civil"

Pesquisa a frase "código civil"

Pesquisa palavras iniciadas pelo radical "imov" (ex.: "imóvel" e "imóveis").

Pesquisa palavras iniciadas pelo radical "UF" seguidas de dois caracteres (ex: "UFPB" e "UFMG")

Pesquisa: **contribuinte** [X]

Resultados: 313 Itens

[Visualizar Tudo](#)Ordenar por: Relevância Página: 1 2 3 4 5 ... [Próximo](#)**Localidade**

- [Brasil](#) (305)
- [Estados](#) (8)

Autoridade

- [Federal](#) (305)
- [Estadual](#) (8)

Tipo do Documento

- [Legislação](#) (267)
- [Proposições Legislativas](#) (27)
- [Jurisprudência](#) (15)
- [Outras Manifestações](#) (4)

Data

- [2009](#) (1)
- [2008](#) (7)
- [2007](#) (11)
- [2006](#) (8)

1 Localidade	Brasil	Adicionar
Autoridade	Federal	
Título	Decreto nº 54.767, de 30 de Outubro de 1964	
Data	30/10/1964	
Ementa	Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Conselhos de Contribuintes e do Conselho Superior de Tarifa, e dá outras providências.	
URN	urn:lex:br:federal:decreto:1964-10-30:54767	
Assuntos	{CRIAÇÃO, INSTITUIÇÃO}, CONSELHO DE CONTRIBUENTES , CONSELHO SUPERIOR, TARIFAS, {(MF), MINISTERIO DA FAZENDA}, {COMPETENCIA, ATRIBUIÇÃO}, PRESIDENTE DA REPUBLICA, NOMEAÇÃO, MEMBROS, SUPLENTE, CONSELHO DE CONTRIBUENTES , CONSELHO SUPERIOR, TARIFAS, {(MF), MINISTERIO DA FAZENDA}, COMPOSIÇÃO, {COMPETENCIA, ATRIBUIÇÃO}, SECRETARIA GERAL, CONSELHO DE CONTRIBUENTES , CONSELHO SUPERIOR, TARIFAS, JULGAMENTO, RECURSO FISCAL, CONTRIBUINTE , {FAZENDA NACIONAL, COFRES PUBLICOS, ERARIO}, {(MF), MINISTERIO DA FAZENDA}, RECURSO JUDICIAL, CONSELHO DE CONTRIBUENTES , CONSELHO SUPERIOR, TARIFAS, {(MF)	

Comitê Gestor

- Comitê Gestor de Informações do LexML
 - Comunidade de Prática
 - Bibliotecários
 - Analistas de Informação
 - Arquivistas
- 4 Reuniões Ordinárias
 - Termo de Referência
 - Plano de Metas 2009-2010 (esboço)

Como Participar?

- Termo de Adesão
- Kit Provedor de Dados
 - Instalar
 - Configurar
 - Definição do Vocabulário
 - Manter atualizado 1 tabela
 - 1 linha para cada “documento” do portal



Para pesquisar informação legislativa e jurídica, clique aqui.

Últimas Notícias

O LexML e a melhora da Qualidade da Informação

Os sistemas NJUR (Senado Federal) e LEGIN (Câmara dos Deputados) recebem retorno do LexML.

[Leia mais...](#)

Pesquisa com suporte de Léxico da Língua Portuguesa

Nova funcionalidade do Portal LexML melhora a qualidade do resultado da pesquisa.

[Leia mais...](#)

Versão 4.0 da e-PING recomenda o LexML

A nova versão da arquitetura e-PING recomenda o LexML para a interoperabilidade da informação legislativa e jurídica.



DESTAQUES DO PROJETO

- O que é o LexML?
- De quem é esta iniciativa?
- Quais são os objetivos?
- Para que identificar a informação?
- Como integrar a informação?
- O que são nomes persistentes?
- Como posso pesquisar?
- Como posso referenciar um documento?

ESQUEMAS (XSDs)

- lexml-base
- oaj_lexml
- lexml-flexivel
- provedor_profile_lexml
- lexml-br-rigido



DOCUMENTAÇÃO

- Apresentação
- Parte 1: Modelo de Referência
- Parte 2: LEXML URN
- Parte 3: XML Schema
- Parte 4: Coleta de Metadados
- Parte 5: Serviço de Resolução de URN
- Parte 6: Vocabulários Controlados

VOCABULÁRIOS CONTROLADOS

- localidade
- lingua
- autoridade
- evento
- tipoDocumento
- tipoConteudo



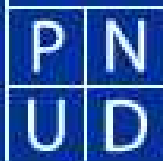
MEMÓRIA DO PROJETO



RELAÇÕES PÚBLICAS



O que estão falando do
LexML?



Brasil

Conheça o PNUD >

Desenvolvimento Humano >

Licitações e Contratos

A ONU no Brasil

Fique por dentro

Notícias ▶

Recrutamento e Seleção ▶

Fóruns

Cursos

Links de interesse

Pobreza e Desigualdade

Meio Ambiente

Raça

Educação e Cu

Primeira Página

Segurança e Justiça

Administração Pública

Cidadania

Primeira Página >> Segurança e Justiça >> Reportagens

Reportagens

Brasília, 03/10/2008

Legislação do Brasil terá 'Google das leis'

Serviço de buscas vai tornar mais fácil encontrar jurisprudências, leis, normas e projetos na internet; buscador deve estreiar em novembro

OSMAR SOARES DE CAMPOS
da PrimaPagina

Um grupo que reúne técnicos de 12 organismos federais, como o Senado, o Superior Tribunal de Justiça, a Advocacia Geral da União e o Ministério da Justiça, está desenvolvendo uma ferramenta de buscas na internet que vai varrer sites do poder público para encontrar, de maneira simples e direta, leis, normas, decretos, projetos de leis e jurisprudências.

O serviço, que se chamará LexML e será de livre acesso, permitirá



Conheça o projeto

Saiba mais sobre o projeto **Rede de Integração e Participação Legislativa**, do PNUD, ao qual está ligado o apoio ao LexML.

Logística e Transportes

O Blog do Valente - os principais temas relacionados ao assunto logística e transportes, no Brasil e no mundo. Participe você também com artigos, comentários, críticas e sugestões.

Excelente notícia.

Quem lida, como eu, com informações dos três poderes, em suas respectivas esferas, tem dificuldade em consegui-las de forma adequada e a tempo.

Experimentei fazer a procura da jurisprudência em relação a "Portos" e vejam o que veio à tela, [clikando aqui](#).

Experimente você também...